

O Brasil na
Década do Oceano
VOZES PARA O FUTURO

SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS LIVRES

INPO Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

UNIFESP

MARÉ DE CIÊNCIA

2021 2030 United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Entre junho e setembro de 2026, 139 Oficinas Livres reuniram 4.786 pessoas de 19 unidades da Federação para conversar sobre o oceano que temos e o oceano que queremos até o fim da Década. Escolas, Institutos Federais, universidades, organizações da sociedade civil, colônias de pescadores, comunidades tradicionais, empresas e órgãos públicos se organizaram e promoveram oficinas, de forma autônoma, autogestionada e autofinanciada, para olhar a trajetória da Década do Oceano no Brasil e indicar a priorização de ações para os próximos anos. Este documento é a síntese das contribuições recebidas.

O ciclo **"O Brasil na Década do Oceano: Vozes para o futuro"** existe para levar a voz da sociedade ao Comitê Nacional de Assessoramento da Década do Oceano e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para subsidiar a atualização do Plano Nacional de Implementação da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030). A coordenação global da Década cabe à Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO. No Brasil, as ações são coordenadas pelo MCTI, com apoio técnico do Comitê Nacional de Assessoramento. O processo participativo é coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO), em parceria com o programa Maré de Ciência, da UNIFESP.

Este ciclo retoma a mobilização de 2020, que reuniu mais de 2.000 contribuições e deu origem a cinco relatórios regionais. Agora, na segunda metade da Década, queremos reconhecer o que já foi construído, entender onde a implementação encontrou obstáculos e definir prioridades para os próximos anos. As Oficinas Livres foram a primeira etapa desse percurso, seguida por esta sistematização e a consulta pública, as Oficinas Temáticas e um encontro nacional em 2027 (Figura 1). Cada etapa valida, aprofunda e consolida o que veio da anterior.



Figura 1: Ciclos de ações planejados para subsidiar a atualização do Plano Nacional de Implementação da Década do Oceano.



O QUE FORAM AS OFICINAS LIVRES

O QUE FORAM AS OFICINAS LIVRES

As Oficinas Livres foram encontros autônomos, autogestionados e autofinanciados realizados entre junho e setembro de 2026. Cada proponente escolheu o formato que fazia sentido para a sua realidade: rodas de conversa, debates, fóruns, simpósios ou atividades artísticas, de forma presencial, remota ou híbrida. As conversas partiram de três perguntas sobre o tempo: como estávamos antes de 2021, o que mudou entre 2021 e 2026 e o que precisa ser prioridade entre 2027 e 2030. Cada Oficina Livre se inscreveu em um dos sete temas centrais do ciclo:

- **Tema 1.** Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição.
- **Tema 2.** Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas.
- **Tema 3.** Segurança alimentar e pesca sustentável.
- **Tema 4.** Economia azul sustentável.
- **Tema 5.** Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão.
- **Tema 6.** Financiamento, cooperação internacional e governança.
- **Tema 7.** Infraestrutura de pesquisa e transformação digital.

Ao todo, 139 Oficinas Livres foram aprovadas (Figura 2), e 111 relatos de contribuição foram enviados (Figura 3). São esses relatos que sustentam as recomendações e as análises apresentadas aqui.



Figura 2: Mapa de realização das Oficinas Livres, disponível em decada.inpo.org.br.



Figura 3. Panorama dos 111 registros de contribuições das Oficinas Livres, distribuídos pelos sete temas declarados. Os valores indicam o número de registros e sua participação percentual no total analisado.

Organizamos o documento para colocar em primeiro plano o que mais importa: as recomendações. Elas vêm logo a seguir, organizadas pelos sete temas centrais das Oficinas Livres. Depois, mostramos quem participou e o que foi debatido. No final, descrevemos como fizemos a análise e quais são os seus limites.

Principais recomendações

Lidas em conjunto, as contribuições das Oficinas Livres trazem uma mensagem clara: a Década do Oceano já mobilizou o Brasil, e o desafio agora é tornar essa mobilização permanente. Em quase todos os relatos, o pedido não é por novas iniciativas isoladas, mas por continuidade. Projetos bem-sucedidos precisam virar programas, programas precisam virar políticas, e as políticas precisam de orçamento, equipes e responsáveis definidos para além de 2030.

Cinco mensagens atravessam os sete temas:

Continuidade e institucionalização. As ações da Década precisam deixar de depender de projetos pontuais e de gestões específicas. As Oficinas Livres pedem uma política de Estado para o oceano, com financiamento estável, e lembram de instrumentos já em discussão, como a Lei do Mar.

Educação, participação e governança caminham juntas. Os três assuntos aparecem lado a lado em 72% das contribuições. Lemos isso como uma compreensão compartilhada: formar pessoas é condição para participar, e participar só faz sentido se as contribuições virarem decisões.

O oceano é território de vida. O mar aparece como espaço de trabalho, alimentação, lazer, identidade, memória, fé e direitos. Por isso, conservação, pesca artesanal e cultura oceânica não podem ser tratadas separadamente, e os povos e comunidades tradicionais precisam estar no centro das decisões que afetam seus territórios.

Ciência que chega a quem decide e a quem vive no território. Há uma demanda forte por monitoramento contínuo e dados abertos, mas também por devolutiva, linguagem acessível e pesquisa construída junto com as comunidades.

Saúde do oceano é saúde das pessoas. Um conjunto expressivo de Oficinas Livres, que inclui instituições de saúde, propõe tratar a relação entre oceano, poluição, alimentação e saúde humana na perspectiva de Saúde Única. Esse olhar atravessa as recomendações de vários temas.

As recomendações a seguir foram construídas a partir da leitura das contribuições recebidas e estão organizadas pelos sete temas centrais das Oficinas Livres. Assuntos que atravessam vários temas, como financiamento, saúde e comunicação, foram incorporados ao tema com o qual cada proposta mais se relaciona. Elas refletem a diversidade do que ouvimos e não representam, por si só, consenso entre todas as oficinas nem compromisso de execução. Validar e pactuar essas propostas é o trabalho das próximas etapas do ciclo.



Tema 1 *– Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição*

Conservação e combate à poluição foi o segundo tema mais escolhido pelas oficinas (27 contribuições). Nesses relatos, proteger o ambiente quase nunca aparece sozinho: governança, participação, informação científica e educação formal e informal estão presentes em praticamente todos eles. A mensagem é que áreas protegidas e planos de manejo só funcionam com gente, dados e coordenação entre os órgãos responsáveis, e que a poluição se resolve na origem, com saneamento e responsabilização, e não apenas com limpeza.

Fortalecer a implementação e a gestão das áreas protegidas, assegurando planos de manejo, fiscalização, monitoramento, financiamento e participação social.

Qualificar a expansão da proteção, considerando a representatividade dos ecossistemas, a conectividade e a efetividade da gestão, incluindo corredores ecológicos e outras medidas eficazes de conservação baseadas em área. As contribuições mencionam a Meta 30x30, com atenção a ecossistemas pouco representados, como bancos de rodolitos, recifes mesofóticos, taludes e montes submarinos; critérios técnicos equivalentes para a criação e para a desafetação de Unidades de Conservação; e a conclusão de processos de criação de Unidades de Conservação.

Ampliar a conservação e a recuperação de manguezais, estuários, recifes e outros ambientes costeiros e marinhos, articulando proteção de habitats, monitoramento de espécies e uso sustentável.

Foi proposto que políticas públicas que envolvam a proteção dos manguezais contem com recursos orçamentários anuais assegurados; assim como os programas de recuperação de bancos de algas, conservação de tartarugas, cetáceos e outras espécies ameaçadas e o monitoramento e o manejo de espécies invasoras, como o coral-sol e o peixe-leão.

Integrar informações sobre áreas de reprodução, berçários e conectividade aos instrumentos de gerenciamento costeiro e ao Planejamento Espacial Marinho.

Atuar sobre as fontes de poluição, com ampliação do saneamento, monitoramento de resíduos e efluentes, fiscalização e responsabilização. As Oficinas Livres pedem avanços nos marcos regulatórios para o descarte de rejeitos industriais, extrativos, comerciais, agrícolas e hospitalares, com aplicação do princípio do poluidor-pagador e da abordagem de Saúde Única, que integra a saúde humana, animal e ambiental. Também citam o controle de fontes portuárias, de agrotóxicos, de fármacos e de descartes feitos por embarcações.

Fortalecer a coleta seletiva, a redução de produtos de uso único, a logística reversa e a economia circular, associando infraestrutura pública a processos educativos permanentes. Entre os caminhos propostos estão programas municipais de combate ao lixo no mar, presente tanto no mar quanto na areia, com metas e indicadores públicos, ecobarreiras, ecopontos e o fortalecimento das cooperativas de catadores.

Articular os instrumentos de gestão do território, como o gerenciamento costeiro estadual e municipal, os Planos de Bacia, os Planos Diretores e os Planos de Manejo de Unidades de Conservação, vinculando-os a orçamento, equipes, responsabilidades, prazos e acompanhamento dos resultados.

Conter a ocupação desordenada e a especulação imobiliária na zona costeira, protegendo ecossistemas frágeis, como falésias, dunas e restingas, e garantindo a permanência das comunidades tradicionais e locais. As Oficinas Livres também pedem ordenamento do uso de embarcações, respeito à capacidade de suporte dos destinos turísticos e transparência na aplicação das taxas de turismo sustentável.



Tema 2 *– Observação e monitoramento do oceano e adaptação e resiliência às mudanças climáticas*

Nove Oficinas Livres debateram este tema, mas observação, dados e clima apareceram em boa parte de todo o conjunto. O que mais recebemos foi a preocupação com a continuidade: séries históricas interrompidas, equipamentos sem manutenção e equipes que se desfazem ao fim de cada projeto. Ao mesmo tempo, escolas e comunidades mostraram que também produzem dados e querem que eles sejam usados nas tomadas de decisões.

Consolidar programas permanentes de observação e monitoramento, com protocolos padronizados, continuidade das séries históricas e financiamento para operação, logística, manutenção de equipamentos e formação de equipes.

Ampliar o uso de sensores, hidrofones, telemetria, DNA ambiental e outras tecnologias apresentadas nas Oficinas Livres, levando-as para sistemas operacionais. Entre as aplicações citadas estão a detecção de cetáceos e a prevenção de colisões com embarcações, o rastreamento por satélite, o uso de drones e o mapeamento do fundo oceânico.

Integrar dados populacionais, ambientais e de habitats ao Planejamento Espacial Marinho, aos Planos de Manejo de Unidades de Conservação, ao licenciamento e à gestão pesqueira.

Fortalecer o monitoramento participativo e a ciência cidadã, incluindo iniciativas escolares e comunitárias, e usar seus resultados para orientar medidas de conservação, redução de ameaças e adaptação às mudanças climáticas.

Monitorar a erosão costeira e a elevação do nível do mar e priorizar soluções baseadas na natureza, como manguezais, restingas e vegetação de praia, no lugar de obras rígidas, como muros e molhes. As Oficinas Livres também pedem preparação para eventos extremos, inclusive para situações de isolamento de comunidades insulares.

Criar protocolos integrados de alerta, notificação e resposta para episódios de risco à saúde, com monitoramento participativo e coleta de amostras. As contribuições incluem vigilância da saúde de pescadores expostos, capacitação de profissionais de saúde e avaliação de apoio financeiro temporário a pescadores e marisqueiras impedidos de trabalhar por conta de exposição aos efeitos de eventos extremos devido às mudanças climáticas.

Estabelecer vigilância integrada ambiental, sanitária e epidemiológica dos riscos à saúde associados ao oceano, na perspectiva de Saúde Única. As propostas incluem monitorar contaminantes de interesse para a saúde pública, priorizar as populações mais expostas e vulneráveis, apoiar estudos que relacionem contaminantes ambientais e câncer e acompanhar a balneabilidade e as doenças de veiculação hídrica.

Fortalecer a pesquisa sobre as conexões entre o Atlântico Sul e o Oceano Austral, com cooperação internacional, protocolos compartilhados, manutenção da infraestrutura e preparação para iniciativas científicas posteriores a 2030. No caso da Antártica, as Oficinas Livres propõem financiamento contínuo para o PROANTAR e para a Estação Antártica Comandante Ferraz, a reavaliação da Baía do Almirantado em comparação com os dados do IV Ano Polar Internacional e a preparação da participação brasileira no V Ano Polar Internacional (2032–2033).



Tema 3 *– Segurança alimentar e pesca sustentável*

Cinco oficinas escolheram este tema, sendo que a pesca esteve presente em mais da metade das contribuições. Isso diz muito: para quem vive do mar, pesca não é um setor à parte. É alimento, renda, cultura e modo de vida. Pescadoras e pescadores relataram a perda de áreas de trabalho, a poluição e os impactos de grandes empreendimentos. E recebemos contribuições para levar pescado sustentável à mesa das escolas e reduzir desperdícios.

Integrar as políticas e as pesquisas de pesca, aquicultura, alimentação, saúde e meio ambiente.

Ampliar a presença de pescado de fontes sustentáveis na alimentação escolar e em outras compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com prioridade para a pesca artesanal e a aquicultura familiar e com capacitação de nutricionistas e merendeiras.

Aprimorar a gestão pesqueira com avaliações de estoques, estatísticas integradas, monitoramento de desembarques e fiscalização, incluindo defeso, cotas, áreas de exclusão e monitoramento participativo que considerem as mudanças ambientais. As Oficinas Livres também pedem a redução da captura incidental, com protocolos de devolução de animais vivos; medidas sobre a pesca de arrasto,

que vão da adoção de boas práticas à proibição; o combate à pesca ilegal; a regularização de pescarias específicas, como a do polvo; e a aprovação da Nova Lei da Pesca (PL 4.789/2024, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca).

Fortalecer as cadeias produtivas com assistência técnica, acesso ao crédito, cadeia do frio, processamento e beneficiamento.

Reduzir perdas e desperdícios e ampliar o aproveitamento integral do pescado para alimentação humana, melhorando a rastreabilidade e o acesso à inspeção sanitária sem criar barreiras aos pequenos produtores. As contribuições sugerem selos ou certificações adequados ao pescado de pequena escala e propõem medir o alimento e os nutrientes que de fato chegam à população, e não apenas as toneladas produzidas.

Associar segurança alimentar à qualidade ambiental e à saúde das comunidades pesqueiras e população em geral, com monitoramento e pesquisa de contaminantes biológicos, químicos e físicos no pescado, saneamento e proteção e recuperação de manguezais. As Oficinas Livres pedem ainda maior participação social em pesquisas e no licenciamento, proteção dos direitos trabalhistas, políticas específicas para a saúde da mulher pescadora.

Regular e fiscalizar a carcinicultura, as dragagens, as obras irregulares e outras atividades que degradam manguezais e áreas de pesca, com participação de pescadoras e pescadores no licenciamento. As contribuições trazem também o pedido de monitoramento ambiental da faixa litorânea onde barcos de todos os tipos circulam e param despejando óleo, gerando grande poluição local; e a revisão das normas que impedem pescadores de exercer outras atividades econômicas sob risco de perder benefícios previdenciários.



Tema 4 *– Economia azul sustentável*

As 12 contribuições deste tema mostram que a economia azul tem muitos sentidos no Brasil, com diferentes nichos e escalas. Para uns, é turismo de base comunitária, maricultura e artesanato. Para outros, é energia offshore, portos e biotecnologia. O que une essas visões é o pedido para que a renda gerada pelo mar fique nos territórios e para que o crescimento econômico não venha à custa dos ecossistemas e das comunidades. Também houve relatos de conflitos, e eles precisam ser reconhecidos.

Fortalecer economias locais e comunitárias, como pesca artesanal, mariscagem, aquicultura sustentável (continental e marinha), cooperativismo, economia solidária e turismo de base comunitária, mapeando as atividades que já existem para dar visibilidade às suas contribuições econômicas, sociais e culturais.

Apoiar pequenos empreendedores com redes locais de negócios, acesso a mercados, parcerias para comercialização, turismo de experiência, reconhecimento do trabalho artesanal e menos barreiras burocráticas. Foram citadas parcerias com o Sebrae, selos ou redes coletivas de negócios azuis, uma feira de pequenos empreendedores durante a Conferência da Década do Oceano de 2027, editais e fundos com maior capilaridade e incentivos fiscais.

Consolidar estruturas permanentes de governança e planejamento municipal da economia azul, integrando políticas públicas, capacidade técnica e participação antecipada das comunidades nas decisões sobre os usos do espaço marinho. Entre as medidas estão planos e leis municipais de economia azul e a contratação de equipes técnicas, como oceanógrafos, pelas prefeituras.

Vincular oportunidades econômicas à geração de renda local, à qualificação profissional e à conservação dos ecossistemas.

Fortalecer pesquisa aplicada, bioeconomia, biotecnologia marinha, economia circular e inovação, explorando instrumentos como pagamento por serviços ambientais, finanças baseadas na comunidade, fundos climáticos e carbono azul. Propuseram critérios nacionais para o financiamento azul, com salvaguardas sociais, apoiados na Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB, Decreto 12.705/2025).

Planejar a transição energética e as atividades industriais no mar a partir do Planejamento Espacial Marinho, considerando eólica offshore, hidrogênio de baixo carbono, descarbonização de portos e do transporte marítimo, petróleo e gás e mineração marinha. As Oficinas Livres sugerem que as compensações dessas atividades financiem pesquisa e capacitação regional. Propõem também uma política nacional de reciclagem naval e de descomissionamento de estruturas offshore, harmonizada com as Convenções de Basileia (ratificada pelo Brasil em 1992 e com Decreto Federal 875/1993 e 12.199/2024) e de Hong Kong (ainda em tramitação no Congresso PDL 557/2026).

Avaliar os grandes empreendimentos junto com seus impactos (bloquear externalidades negativas), realizar a mediação de conflitos e a distribuição justa e equitativa dos benefícios, preservando as diferentes posições expressas nas Oficinas Livres. Entre os conflitos relatados estão dragagens, obras irregulares, perda de acesso a áreas de pesca, sobrepesca predatória, aumento do custo de vida em áreas turísticas e problemas de saúde percebidos por pescadoras após intervenções em seus territórios.



Tema 5 *– Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão*

Quase metade das oficinas (53) escolheu este tema, o que mostra a força da cultura oceânica no país e o protagonismo das escolas neste processo. A mensagem principal é passar do pontual ao permanente: da atividade no Dia do Oceano ao currículo, do projeto de um professor à política da rede de ensino; e que inclusão não é só estar presente. É ter transporte, alimentação, bolsa e voz nas decisões.

Institucionalizar a cultura oceânica nos currículos e nas políticas educacionais, com formação continuada de professores, materiais contextualizados e integração entre ensino, pesquisa e extensão. As Oficinas Livres citam a implementação do Currículo Azul, a expansão da Rede Escola Azul, a incorporação explícita da cultura oceânica à BNCC e aos currículos estaduais e municipais, as leis municipais de cultura oceânica, o Programa Nacional do Livro Didático, referenciais curriculares regionais, como o amazônico, e a presença da cultura da pesca artesanal e dos povos do mar nos currículos.

Ampliar atividades práticas, visitas técnicas, experiências de campo e o protagonismo estudantil, com recursos para transporte, materiais e participação. Foi destacado o acesso direto ao mar, por meio de esportes náuticos, natação e vivências no ambiente marinho, inclusive para estudantes que vivem longe do litoral.

Levar as ações ao interior, às periferias e aos públicos com pouco acesso às iniciativas oceânicas. Isso inclui apoiar museus, centros de ciência e espaços dedicados ao oceano em cidades do interior e iniciativas como um Museu do Mar Amazônico.

Desenvolver abordagens que unam ciência, arte, memória, cultura e experiências territoriais, com materiais acessíveis e adaptáveis às diferentes realidades brasileiras.

Fortalecer a comunicação e o jornalismo sobre o oceano, inclusive a educomunicação, com editais para veículos locais, regionais, comunitários e independentes, formação de jornalistas e de cientistas para a comunicação pública, bancos de fontes diversos em gênero, região e lideranças tradicionais e estratégias de enfrentamento da desinformação.

Incorporar a relação entre oceano e Saúde Única à educação, da escola à pós-graduação, com destaque para os cursos da área da saúde, e às ações de educação em saúde, com metodologias educomunicativas ativas.

Introduzir rodas de conversa periódicas no território, facilitadas por metodologias educomunicativas ativas e engajadoras, para abordar a relação riscos oceânicos–Saúde Única, popularizando o conhecimento científico e o saber das comunidades tradicionais sobre o tema.

Fortalecer a participação e a liderança de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e pesqueiras e outros grupos historicamente excluídos, com espaços reais de decisão, reconhecimento dos saberes tradicionais e apoio material à permanência, como bolsas e auxílio para transporte, alimentação e hospedagem. As Oficinas Livres pedem ainda acessibilidade para pessoas com deficiência em praias, materiais e atividades, a adoção da justiça climática e do enfrentamento do racismo ambiental como diretrizes e a formação de jovens para atuar em conselhos.

Promover pesquisas e ações construídas com as comunidades, com devolutivas acessíveis e reconhecimento de sua participação na produção do conhecimento. Entre as propostas estão a participação de comunidades em bancas acadêmicas, a coautoria de pesquisadores locais, a permanência dos bancos de dados nos territórios e a valorização das dimensões culturais, religiosas e identitárias da relação com o mar.

Valorizar a extensão e a divulgação científica na carreira acadêmica e ampliar a formação interdisciplinar em ciências do mar, com a curricularização da extensão, a presença das humanidades e das ciências sociais na formação, a formação de taxonomistas e oportunidades para que jovens pesquisadores permaneçam em seus territórios.

Fortalecer redes de cooperação, repositórios de materiais e metodologias e mecanismos de avaliação, registrando mudanças de conhecimento, percepção, participação e comportamento, e não apenas o número de atividades e de participantes, promovendo maior interdisciplinaridade, diversidade regional, de gênero e integração entre pesquisa, gestão e sociedade.



Tema 6 *– Financiamento, cooperação internacional e governança*

Só uma Oficina Livre escolheu este tema como entrada, mas financiamento e governança estão entre os assuntos mais presentes em todo o conjunto. A governança aparece em quase todas as contribuições, e quem fala de financiamento o faz sobretudo ao olhar para o futuro. Por isso, as recomendações abaixo reúnem propostas vindas de oficinas de todos os temas. O recado é que, sem recursos estáveis e regras claras de participação, os avanços da Década não se sustentam.

Criar mecanismos permanentes de financiamento para pesquisa, educação, extensão, conservação, monitoramento e iniciativas comunitárias, incluindo propostas como fundos patrimoniais.

Fortalecer a governança comunitária e a proteção dos territórios costeiro-marinhos, com regularização territorial, reconhecimento das práticas tradicionais, uso dos dados de automonitoramento nas políticas públicas, consulta prévia, assessoramento jurídico, formação de novas lideranças e continuidade das ações após o fim da Década. As oficinas citam a Convenção nº 169 da OIT e os protocolos comunitários de consulta, os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e a proteção contra a privatização do mar, a soberania dos dados da sociobiodiversidade, a proteção contra a biopirataria, o enfrentamento da criminalização de práticas tradicionais e um marco legal nacional para os territórios costeiro-marinhos de povos e comunidades tradicionais.

Ampliar o acesso de pequenos negócios, coletivos e comunidades ao fomento, com instrumentos compatíveis com a sua realidade, bolsas e auxílios para participação, financiamento associado à equidade e à liderança feminina, transparência na aplicação dos recursos e continuidade dos programas. Também foi proposto usar a justiça climática como critério de alocação, priorizando os territórios mais expostos e com menor capacidade de resposta, e direcionar recursos de compensações ambientais às demandas territoriais.

Sustentar a gestão de áreas protegidas, as capacidades científicas e as ações territoriais durante a Década e para além de 2030. Para isso, as Oficinas Livres propõem uma política de Estado para o oceano com mecanismo financeiro permanente, a aprovação da Lei do Mar, o fortalecimento dos colegiados participativos de gerenciamento costeiro, assentos para juventudes, comunidades tradicionais e humanidades em conselhos e em instâncias como a CIRM, e o uso da Conferência da Década do Oceano de 2027 como marco para compromissos formais.

Ampliar a cooperação internacional e a sinergia entre acordos multilaterais, articulando a Meta 30x30 da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Acordo sobre Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) e o Acordo de Paris, com maior participação de atores do Sul Global.



Tema 7 *– Infraestrutura de pesquisa e transformação digital*

Com quatro contribuições de entrada, este tema trouxe propostas bastante técnicas, quase sempre ligadas a uma ideia simples: dados só fazem diferença quando são contínuos, acessíveis e usados nas decisões. Houve pedido de uma infraestrutura de observação tratada como estratégica para o país, com equipes estáveis e regras claras de compartilhamento, e de tecnologias que cheguem também às populações costeiras.

Integrar observatórios, plataformas e redes de monitoramento, com padronização, compartilhamento e interoperabilidade de dados. As contribuições incluem uma plataforma pública nacional, unificada e aberta, regras de governança para a produção, a proteção e o uso das informações e medidas de segurança cibernética. Foram citados sistemas a integrar, como SisGAAz, GOOS-Brasil, BiomeSAT, REVIMAR, SiBBr e GBIF, observatórios regionais, como os da costa amapaense, e ferramentas como o Gêmeo Digital do Atlântico Sul, além da soberania digital, com infraestruturas locais reguladas.

Sustentar a infraestrutura de observação com programas estruturantes de longo prazo, incluindo monitoramento interdecadal da superfície ao fundo do oceano, na zona costeira e ao longo da bacia oceânica, com manutenção de equipamentos e retenção de equipes e capacidades técnicas.

Fortalecer a produção de dados aderentes à realidade brasileira e o desenvolvimento de modelos, simulações e cenários para apoiar decisões.

Integrar dados ambientais, oceânicos e de saúde, por exemplo, com uma plataforma que relacione os registros de câncer a informações ambientais e oceânicas, envolvendo a gestão do SUS e os órgãos de informação ambiental e estatística.

Aproximar Estado, instituições de ensino, de pesquisa e empresas e ampliar a participação de estudantes e pesquisadores em formação na integração de dados e na inovação, com iniciativas como hackathons para o desenvolvimento de jogos educativos.

Associar a infraestrutura digital à participação das populações costeiras e a projetos duradouros voltados às lacunas de monitoramento, gestão costeira e planejamento territorial.



QUEM PARTICIPOU

QUEM PARTICIPOU

Um processo construído em todo o país

As 139 Oficinas Livres aconteceram em 19 unidades da Federação, do Amapá ao Rio Grande do Sul (Figura 2). Um dado chama especial atenção: a maior parte das contribuições foram de Oficinas Livres de alcance local (42) ou municipal (26), e outras 43 tiveram alcance nacional ou em múltiplas escalas. A Década do Oceano chegou ao chão da escola, à colônia de pesca, à associação de bairro e aos espaços de roda de conversa comunitária, e é a partir desses lugares que as pessoas estão pensando o futuro do oceano. As contribuições locais trazem exemplos concretos de implementação e das dificuldades enfrentadas nos territórios. As nacionais conectam essas experiências a redes e agendas mais amplas.

Quem esteve à mesa

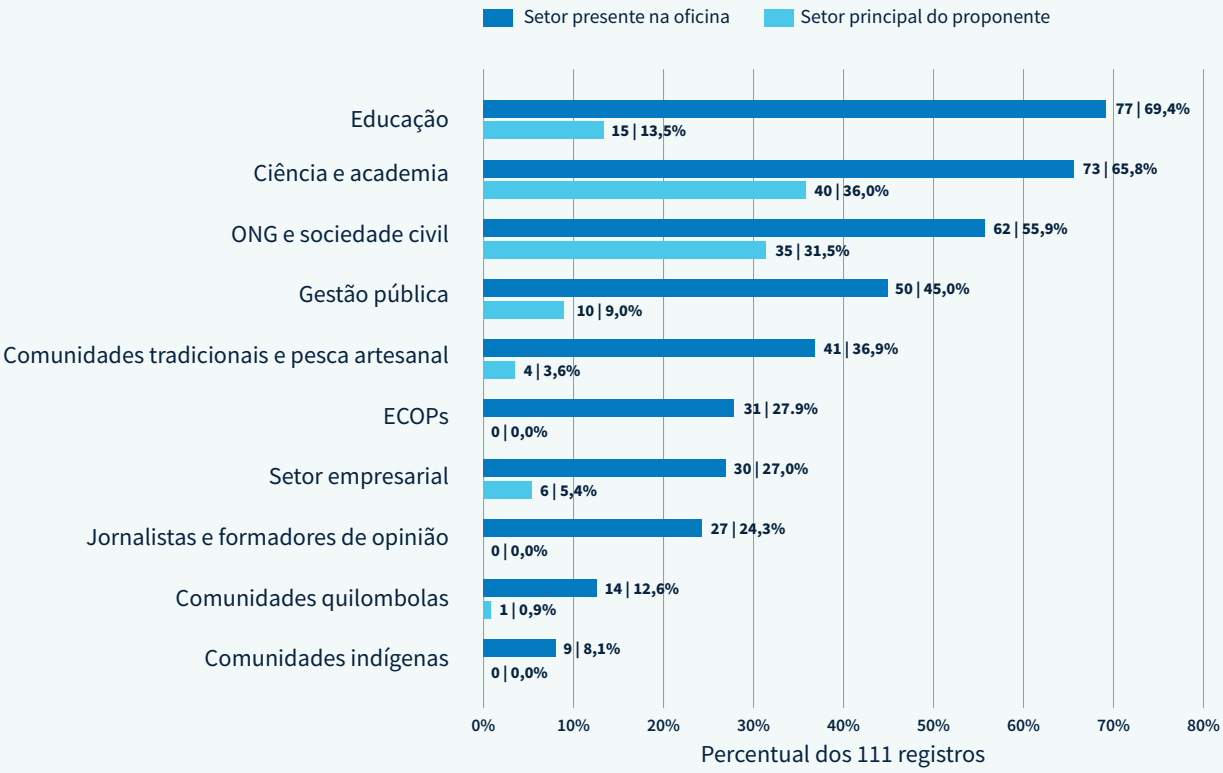
A academia (40 contribuições) e as organizações da sociedade civil (35) foram as principais organizadoras das Oficinas Livres. Em seguida vieram a educação (15), a gestão pública (10), as empresas (6) e as comunidades tradicionais e da pesca artesanal (5, sendo uma quilombola). Mas quem organizou não é o mesmo que quem participou. Profissionais da educação estiveram presentes em 69% das Oficinas Livres, a academia em 66%, a sociedade civil em 56% e a gestão pública em 45% (Figura 3).

Destaca-se a presença das comunidades tradicionais e da pesca artesanal em 41 contribuições (37%), embora só cinco tenham sido organizados por elas. Jovens em início de carreira (28%), empresas (27%), comunicadores e formadores de opinião (24%), comunidades quilombolas (13%) e povos indígenas (8%) completam esse quadro.

Isso mostra a capacidade das Oficinas Livres de reunir setores diferentes. Mostra também um desafio para as próximas etapas: garantir que esses grupos não apenas participem, mas também conduzam as conversas.

Perfil setorial das oficinas

A presença dos setores é mais diversa do que a composição dos proponentes.



Fonte: planilha atualizada e complemento de Macaé. Setores presentes: múltiplas respostas; proponente: uma categoria por registro. Presença setorial não mede número de pessoas, autoria das respostas ou influência nas decisões. Categorias padronizadas do formulário. ECOPS: jovens em início de carreira em áreas relacionadas ao oceano. Campos livres adicionais não são recodificados neste gráfico.

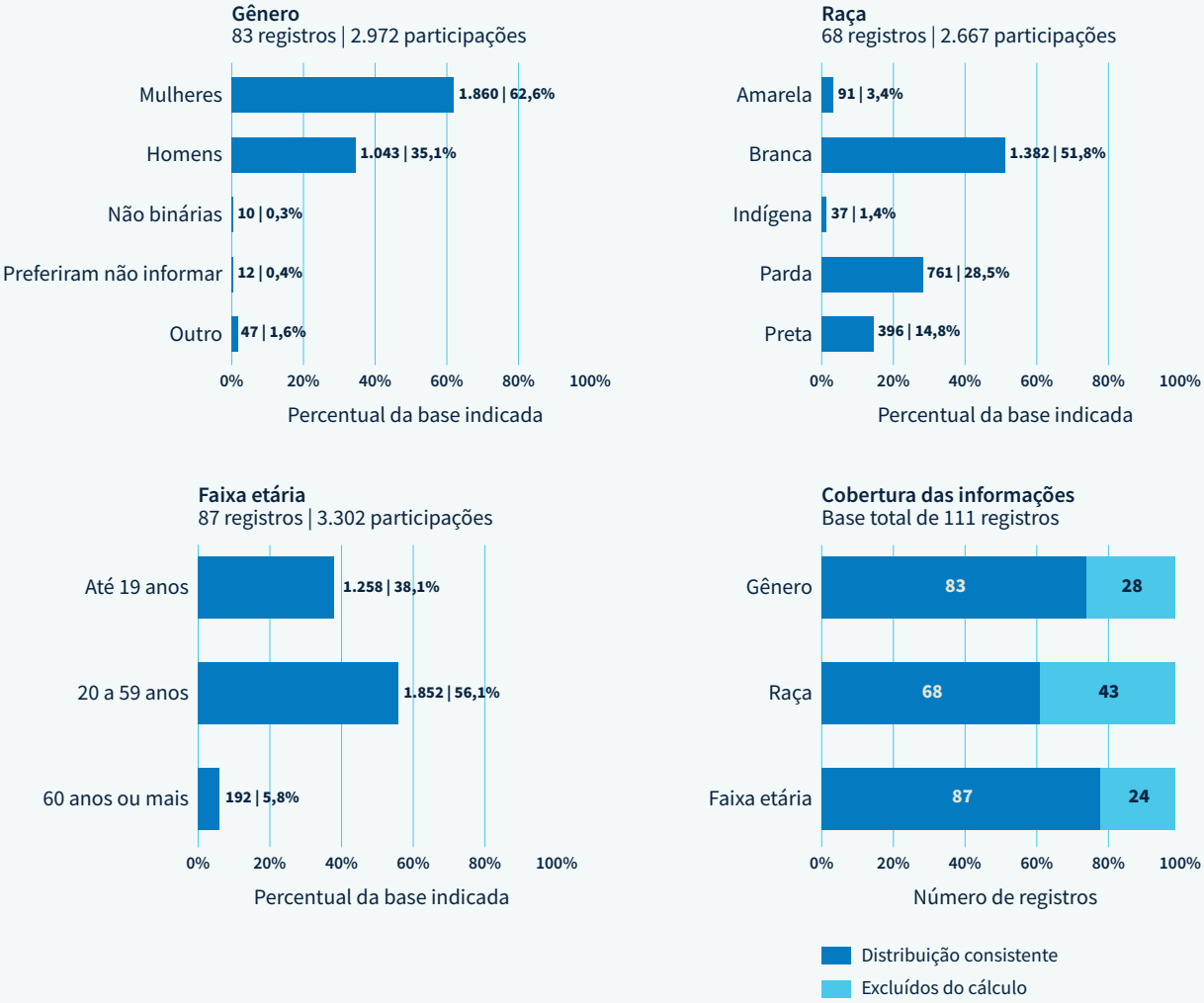
Figura 4: Setores que organizaram Oficinas Livres e setores presentes nos encontros.

Quase 5 mil participações

As Oficinas Livres somaram **4.786 participações**. É um número expressivo para um processo autogestionado e autofinanciado, que dependeu inteiramente da iniciativa e do compromisso de cada grupo. Como uma mesma pessoa pode ter participado de mais de uma oficina, esse número expressa participações, e não pessoas únicas. A Figura 5 resume o perfil dessas participações.

Perfil sociodemográfico das participações declaradas

Percentuais calculados separadamente nos registros com distribuição aritmeticamente consistente.



Fonte: planilha atualizada e complemento de Macaé. As contagens podem incluir pessoas repetidas em diferentes registros.
Consistência: total positivo e soma das categorias igual ao total. Bases diferentes entre gênero, raça e idade.
Pessoas trans: 19 declarações em 9 registros; campo potencialmente sobreposto às categorias de gênero.

Figura 5: Perfil das participações nas Oficinas Livres por gênero, raça/cor e faixa etária.

Gênero

O Brasil novamente se destaca pela liderança e pela participação feminina no processo, característica presente desde o primeiro ciclo de oficinas O Brasil na Década do Oceano. Entre as Oficinas Livres que detalharam esse dado, cerca de 63% das participações foram de mulheres, 35% de homens e 0,3% de pessoas não binárias (10 pessoas). Outros 2% preferiram não se identificar ou se identificaram como “outro”.

Raça/cor

Pessoas pretas e pardas somaram 43% das participações (15% e 28%, respectivamente). Pessoas brancas foram 52%, amarelas 3% e indígenas 1,4%. A presença negra é significativa, mas ainda abaixo de seu peso na população brasileira, e a presença indígena segue pequena. Esse é um ponto de atenção para as próximas etapas, que vão exigir estratégias específicas de mobilização. Como a informação foi registrada pelos organizadores, e não autodeclarada por cada pessoa, os números devem ser lidos como um retrato aproximado.

Faixa etária

A presença de jovens foi marcante: pessoas de até 19 anos foram 38% das participações, reflexo direto do envolvimento das escolas. Adultos entre 20 e 59 anos foram 56%, e pessoas com 60 anos ou mais, 6%. Vemos aqui um sinal de que a cultura oceânica está chegando às novas gerações. Vemos também a oportunidade de ampliar a escuta das pessoas idosas, que guardam boa parte da memória sobre as mudanças no mar.

Os percentuais de gênero, raça/cor e faixa etária consideram apenas as contribuições que trouxeram essas informações de forma completa. Os critérios estão descritos na seção sobre a análise.

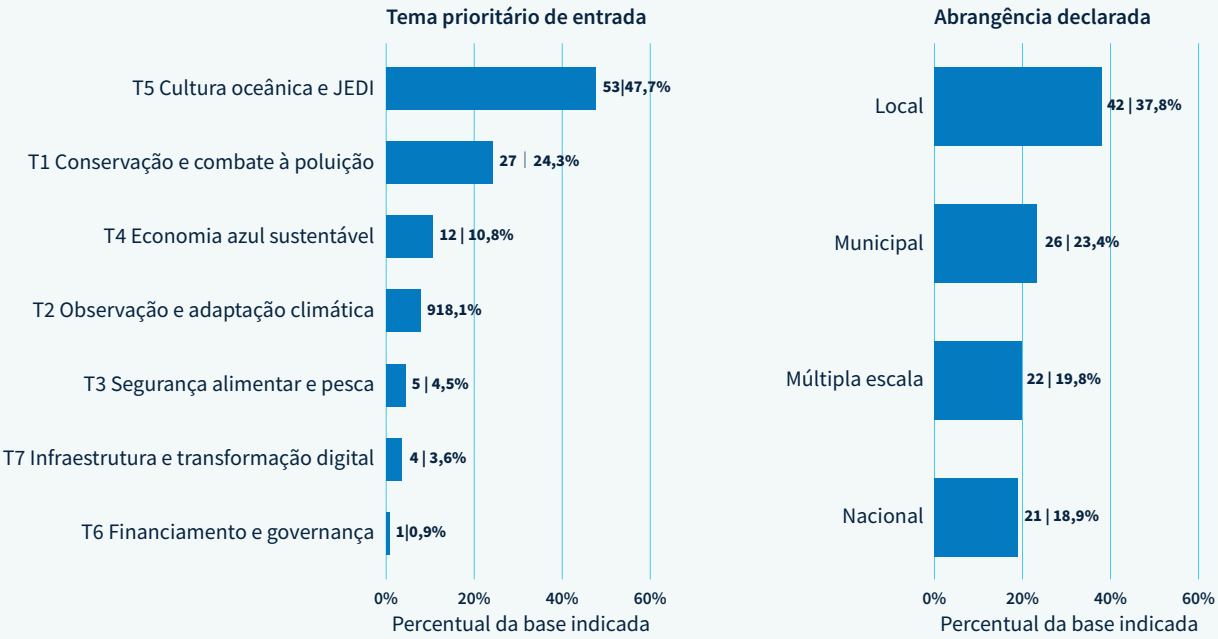
Os temas que mobilizaram as Oficinas Livres

A cultura oceânica e a agenda de justiça, equidade, diversidade e inclusão (Tema 5) foram a porta de entrada de quase metade das Oficinas Livres (53), seguidas por conservação e combate à poluição (Tema 1, com 27). Economia azul (12), observação e clima (9), pesca e segurança alimentar (5), infraestrutura e transformação digital (4) e financiamento e governança (1) completam o quadro (Figura 6).

Lemos essa distribuição como um retrato de quem se mobilizou nesta etapa, e não como uma medida da importância de cada tema. Financiamento, por exemplo, aparece em mais da metade das contribuições, embora apenas uma Oficina Livre o tenha escolhido como tema principal. Os temas com menos Oficinas Livres serão aprofundados nas Oficinas Temáticas.

Temas de entrada e abrangência das oficinas

Cultura oceânica e JEDI reúne 53 registros; a abrangência local é a mais frequente.



Fonte: planilha atualizada e complemento de Macaé. Base: 111 registros. Uma categoria por formulário em cada painel.
JEDI: justiça, equidade, diversidade e inclusão. Tema escolhido não equivale à presença dos códigos textuais.

Figura 6: Temas de entrada escolhidos pelas oficinas e abrangência declarada.

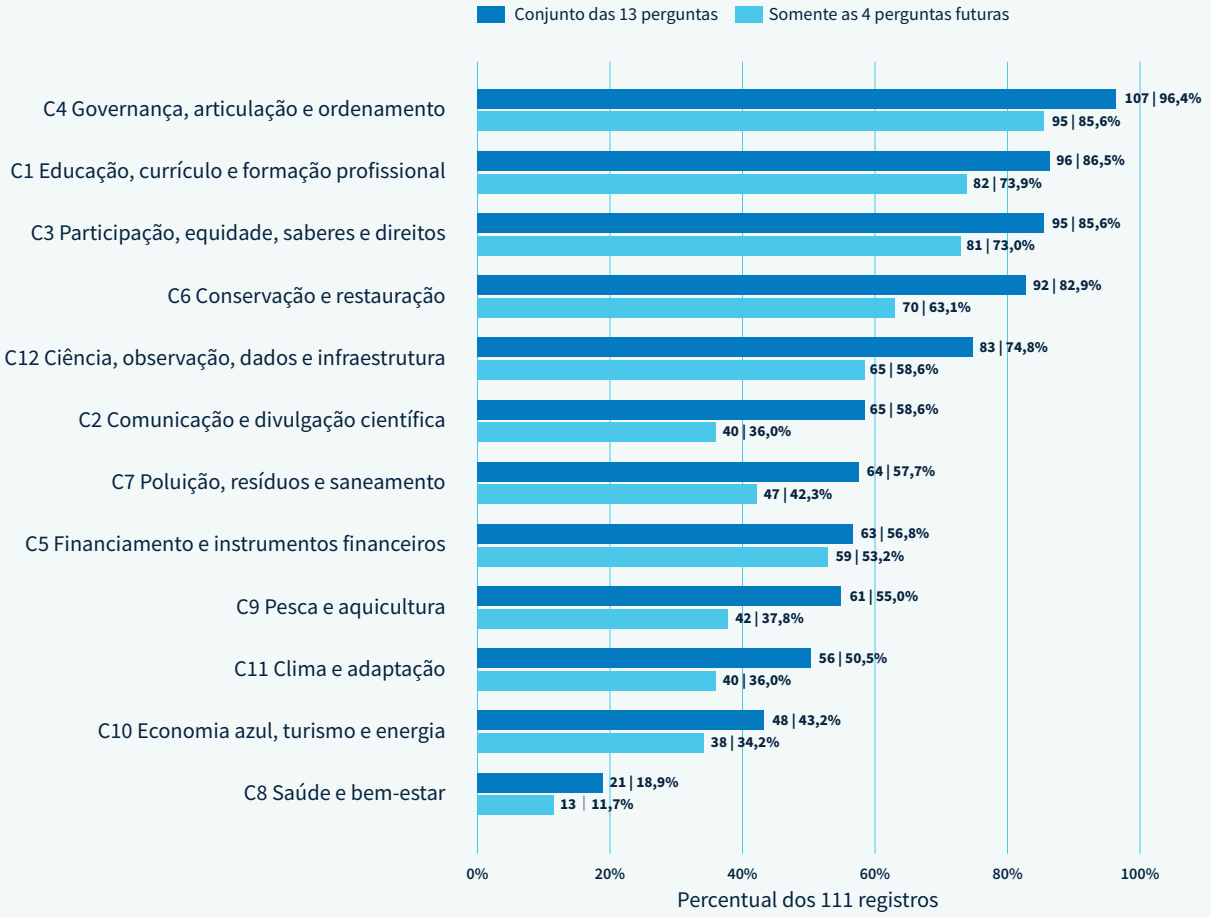
O que as oficinas debateram

Para além do tema escolhido por cada Oficina Livre, todas as contribuições foram lidas em busca dos assuntos que atravessam as discussões. Os assuntos foram reunidos em 12 grandes grupos (descritos na seção sobre a análise) e observamos em quantas contribuições cada um aparece, tanto no conjunto das respostas quanto nas propostas para 2027–2030 (Figura 7).

O que emerge é uma agenda que une proteção do oceano, fortalecimento das instituições e participação da sociedade. Governança, educação, participação e conservação estão presentes em mais de 80% das contribuições. E, quando as Oficinas Livres olham para o futuro, a palavra-chave é continuidade: integrar a cultura oceânica aos currículos, manter o monitoramento, garantir financiamento e criar mecanismos de participação que não dependam de projetos isolados.

Frequência dos 12 códigos temáticos

Governança, educação, participação e conservação são os assuntos mais frequentes.



Fonte: análise da planilha atualizada, PDF de Macaé e relatório da UFES. Frequência: presença do código uma vez por registro. Códigos podem coexistir; percentuais não somam 100%. O recorte futuro integra o total e não é uma série adicional para somar. Menções históricas, críticas e propostas são incluídas. Frequência não mede consenso, impacto ou prioridade de investimento.

Figura 7: Presença dos 12 grandes grupos nas contribuições, no conjunto das contribuições e nas propostas para 2027–2030.

Governança, articulação e ordenamento (96% das contribuições; 86% nas propostas para o futuro). É o assunto mais presente, o que em parte reflete sua amplitude: inclui redes de cooperação, políticas públicas, planejamento costeiro e marinho e cooperação internacional. Nos relatos, governança significa capacidade de resposta, responsabilidades definidas e conexão entre planejar e executar. Um exemplo é a articulação entre os instrumentos estaduais e municipais de gerenciamento costeiro e a qualidade da participação em processos como o Planejamento Espacial Marinho.

Educação, currículo e formação (87%; 74%). O movimento pedido é da atividade pontual para o processo formativo contínuo, ligado à vida dos estudantes e às questões do território. Para isso, as Oficinas Livres apontam a necessidade de preparar professores, produzir materiais, formar parcerias e garantir condições de acesso às atividades.

Participação, equidade, saberes e direitos (86%; 73%). A inclusão começa antes da presença: diferentes grupos precisam ter seus conhecimentos reconhecidos, acessar os benefícios e influenciar as decisões. Houve críticas a pesquisas que não retornaram aos territórios e propostas de cocriação, coautoria com pesquisadores locais, bancos de dados mantidos nas comunidades e devolutivas em linguagem acessível.

Conservação e restauração (83%; 63%). A conservação ambiental aparece quase sempre situada em territórios onde também há trabalho, conhecimento local e dependência dos recursos naturais, como nas contribuições que conectam manguezais e estuários, monitoramento de longo prazo e apoio à pesca artesanal.

Ciência, observação, dados e infraestrutura (75%; 59%). A demanda não é apenas produzir mais dados, mas transformá-los em informação útil para gestores, organizações locais e comunidades, com atenção às desigualdades regionais na capacidade de pesquisa.

Comunicação e divulgação científica (59%; 36%). As Oficinas Livres valorizam o acesso democrático à informação, o enfrentamento da desinformação e a força da arte, da memória e da cultura para aproximar o oceano das pessoas, inclusive de quem vive longe do litoral.

Poluição, resíduos e saneamento (58%; 42%). Lixo no mar, plásticos, esgoto e qualidade da água aparecem ligados às formas de ocupação do território. As propostas combinam prevenção, monitoramento e gestão de resíduos e distinguem o que cabe à educação e à mobilização do que depende de serviços públicos e de fiscalização.

Financiamento (57%; 53%). É o assunto mais voltado para o futuro: 94% das contribuições que falam de financiamento voltam a ele ao pensar 2027–2030, e todas o fazem junto com questões de governança. Para as Oficinas Livres, recursos, arranjos institucionais e continuidade são essenciais.

Pesca e aquicultura (55%; 38%). A pesca aparece como atividade produtiva e como parte das relações sociais e culturais com o mar. Pesca artesanal, gestão de estoques e aquicultura pedem instrumentos e interlocutores diferentes, uma distinção que deve ser aprofundada.

Clima e adaptação (51%; 36%). O clima atravessa conservação, monitoramento e condições de vida. O próximo passo é detalhar quais são as ameaças, quais territórios são mais vulneráveis e quais capacidades precisam ser fortalecidas.

Economia azul (43%; 34%). Reúne caminhos como turismo de base comunitária, cooperativismo, bioeconomia, carbono azul e energia, e também conflitos sobre impactos, acesso aos territórios e distribuição dos benefícios. Essas posições diferentes precisam ser preservadas na construção das políticas.

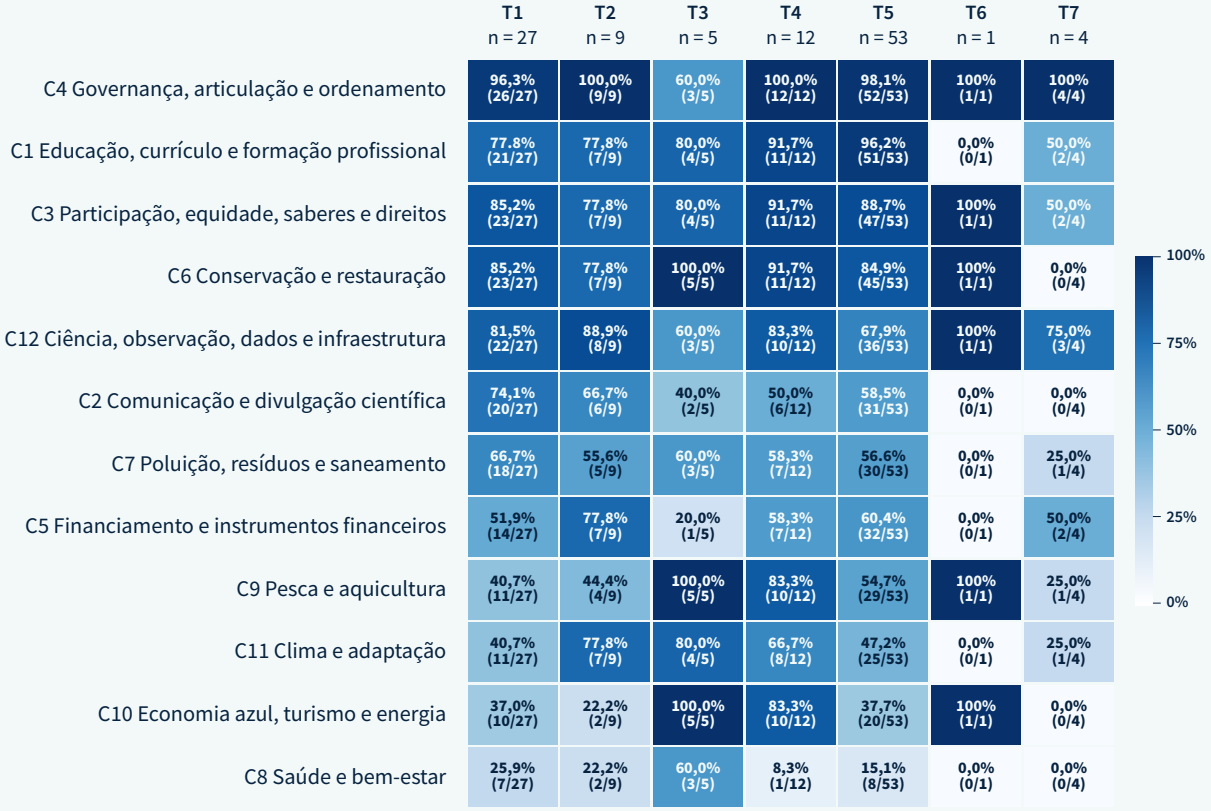
Saúde e bem-estar (19%; 12%). Foi o assunto menos frequente na contagem, mas não o menos importante. Um grupo coeso de Oficinas Livres trouxe propostas detalhadas sob a perspectiva de Saúde Única sobre contaminantes, câncer, doenças crônicas e transmissíveis, vigilância integrada e educação participativa em saúde. Essas propostas foram incorporadas às recomendações dos Temas 1, 2, 5 e 7. As Oficinas Livres também abordaram contaminantes biológicos, químicos e físicos no pescado, saneamento e saúde da mulher pescadora. Possivelmente a baixa frequência reflete mais a forma como o tema foi nomeado nas contribuições do que a sua relevância, e que as próximas etapas podem trazer mais interlocutores do setor de saúde.

Os assuntos em cada tema

Quando os assuntos são olhados dentro de cada tema de entrada (Figura 8), a governança aparece em praticamente todas as contribuições, qualquer que seja o tema. Nas Oficinas Livres de conservação, ela vem acompanhada de estímulo a processos participativos, dados científicos de interesse público e educação formal e informal. Nas de observação e clima, de financiamento e da manutenção dos sistemas científicos. Nas de economia azul, de conservação e de capacidades humanas. O Tema 5, por reunir quase metade das contribuições, influencia bastante o perfil geral.

Distribuição dos códigos dentro de cada tema

Cada célula mostra percentual e número de registros com menção ao código dentro do tema.



T1 Conservação e poluição · T2 Observação e clima · T3 Segurança alimentar e pesca · T4 Economia azul
T5 Cultura oceânica e JEDI · T6 Financiamento e governança · T7 Infraestrutura e transformação digital
Fonte: análise textual atualizada. Temas com bases pequenas, sobretudo T6 (n = 1), exigem cautela; cores não indicam impacto.
Os códigos podem coexistir. Tema declarado e código textual são classificações diferentes.

Figura 8: Presença dos 12 grandes grupos em cada tema de entrada das Oficinas Livres.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Oficinas Livres mostraram um país que já se reconhece na Década do Oceano. Nas escolas, nos Institutos Federais, nas universidades, nas colônias de pesca, nas organizações sociais e nos órgãos públicos, as pessoas estão relacionando a conservação do oceano à produção de conhecimento, à educação, às condições de vida e às atividades econômicas em seus territórios.

O pedido mais recorrente é de continuidade: financiamento duradouro, equipes e infraestrutura mantidas, instituições e políticas públicas integradas. As Oficinas Livres pedem também que o conhecimento produzido seja usado nas decisões e que comunidades e grupos historicamente excluídos participem da definição das agendas, tenham seus saberes reconhecidos e acessem os benefícios das ações.

Este documento não encerra essa conversa. Ele é a base para a consulta pública, para as Oficinas Temáticas e para o encontro nacional de 2027. A expectativa que ouvimos é que a mobilização da Década se traduza em ações permanentes e deixe capacidades, conhecimentos e formas de cooperação que se sustentem para além de 2030. É esse o compromisso que levamos adiante.

Como fizemos a análise

Coleta das contribuições

Para organizar uma Oficina Livre, os proponentes preencheram um formulário de interesse indicando tema, local, data e formato. Após a validação pela coordenação, receberam materiais de apoio e divulgação e assumiram a mobilização dos participantes, a condução das atividades e o registro das contribuições. As orientações enfatizavam diversidade, inclusão e equidade de gênero, além da indicação de uma

pessoa responsável pela sistematização. Depois de cada Oficina Livre, as contribuições foram enviadas em um formulário estruturado, com 13 perguntas abertas sobre os três períodos (antes de 2021, 2021–2026 e 2027–2030) e evidências de realização da atividade.

O que contamos

A unidade de análise deste relatório é o relato de contribuição: recebemos 111 formulários. Um relato não corresponde necessariamente a uma oficina. Uma mesma oficina pode ter enviado contribuições para mais de um tema, e alguns relatos sintetizam redes ou debates em várias localidades. Por isso, os números de participação podem incluir as mesmas pessoas em mais de um relato.

Nem todas as contribuições trouxeram informações completas sobre gênero, raça/cor e faixa etária. Para calcular os percentuais, usamos apenas as contribuições em que a soma das categorias coincidia com o total de participantes informado, sem completar dados ausentes. Assim, os percentuais de gênero se baseiam em 83 relatos (2.972 participações), os de raça/cor em 68 (2.667) e os de faixa etária em 87 (3.302). A classificação foi feita pelos organizadores e não substitui a autodeclaração individual. O formulário também agrupava todas as pessoas com até 19 anos em uma única faixa, sem distinguir crianças de adolescentes.

Como identificamos os grandes grupos temáticos

Lemos as respostas às 13 perguntas abertas de cada relato. Para identificar os assuntos de forma sistemática, montamos uma lista de palavras e expressões associadas a cada assunto e a aplicamos a todos os textos, sem considerar o nome das instituições nem o tema escolhido pela Oficina Livre. Partimos de 27 assuntos mais específicos, depois reunidos em 12 grandes grupos (Figura 9). Cada grupo foi contado uma vez por relato, independentemente de quantas vezes aparecia. Os percentuais usam as 111 contribuições como base; como uma contribuição pode tratar de vários assuntos, a soma ultrapassa 100%. Também observamos separadamente as quatro perguntas voltadas ao futuro: prioridades, oportunidades, políticas necessárias e desafios.

A contagem foi o ponto de partida, não o de chegada. Assuntos mais amplos tendem a aparecer com mais frequência, e a frequência não mede intensidade, consenso ou importância. Por isso, as recomendações foram construídas a partir da leitura integral das propostas, e não apenas da contagem.



Figura 9: Os 12 assuntos utilizados na análise e o que cada um reúne.

Limites desta leitura

A participação nas Oficinas Livres foi voluntária, com distribuição desigual entre temas e territórios, e não seguiu um desenho amostral. Os resultados descrevem o que as Oficinas Livres trouxeram e não devem ser generalizadas para a população. O formulário também não tinha campos padronizados para registrar o formato das oficinas (presencial, remoto ou híbrido) nem a participação de pessoas com deficiência, lacuna apontada pelos próprios organizadores e que deve ser corrigida nas próximas etapas. Algumas contribuições foram enviadas apenas como links para documentos externos ou com campos em branco.



ANEXOS

Anexo 1

Lista dos 27 códigos originalmente gerados.

27 códigos originais

Análise temática das Oficinas Livres

Código	Descrição	Código	Descrição
C01	Educação e currículo	C15	Clima e adaptação
C02	Comunicação e divulgação	C16	Monitoramento e observação
C03	Saberes tradicionais	C17	Dados e transformação digital
C04	Participação e cocriação	C18	Infraestrutura e capacidade científica
C05	Equidade e representação	C19	Economias comunitárias
C06	Articulação e redes	C20	Turismo e uso recreativo
C07	Políticas e continuidade	C21	Energias oceânicas
C08	Financiamento continuado	C22	Saúde e bem-estar
C09	Conservação e áreas protegidas	C23	Ordenamento espacial e costeiro
C10	Restauração ecológica	C24	Territórios e direitos
C11	Resíduos e plásticos	C25	Formação profissional
C12	Saneamento e efluentes	C26	Instrumentos financeiros
C13	Pesca artesanal e gestão	C27	Acordos e governança internacional
C14	Aquicultura e maricultura		

Códigos anteriores ao agrupamento em 12 temas

Anexo 2

Lista das oficinas e organizações participantes.

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Paula Debiasi por email			Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Associação de Cooperação e Apoio Náutico Gestora do Fundo Patrimonial ProNauta	Rio	Rio de Janeiro	Tema 7: Infraestrutura de pesquisa e transformação digital
SEMA / BA	Salvador	Bahia	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
SEMA / BA	Salvador	Bahia	Tema 4: Economia azul sustentável
SEMA / BA	Salvador	Bahia	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Rio Grande	Rio Grande do Sul	Tema 4: Economia azul sustentável
Rede Marangatu	Tubarão	Santa Catarina	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP (Semil)	São Paulo	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Vale	Vitória	Espírito Santo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Rede Marangatu	Bragança	Pará	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
GEO Isabel Salgado	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 3: Segurança alimentar e pesca sustentável
Grupo de Trabalho "Oceano e Clima" da Rede LACLIMA	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 7: Infraestrutura de pesquisa e transformação digital
Instituto Federal de Educação,Ciência e Tecnologia do do Maranhão - Campus São Luís Monte Castelo	São Luís	Maranhão	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Rede Marangatu	Paraty	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Plâncton: joia dos oceanos	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Universidadedo Estado do Amapá	Amapá	Amapá	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Projeto associado a Rede Marangatu (Rede de Ciência Cidadã para gestão territorial e promoção da sociobiodiversidade Costeira e Marinha) intitulado: Promovendo o valor Cultural da Biodiversidade e da Sustentabilidade em Territórios Marinhos Costeiros: valorizando os saberes-fazeres plurais através da Universidade Intercultural dos Povos, coordenado pelo Centro de Ecologia Funcional (CFE-UC) da Universidade de Coimbra e sua extensão na Universidade Aberta, Portugal	Conde	Paraíba	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Rede Marangatu	Paraty	Rio de Janeiro	Tema 6: Financiamento e governança
ATHĒNÁ Esportes Náuticos Ltda	Fortaleza	Ceará	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto Mario Schenberg	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Universidade Federal da Bahia	Salvador	Bahia	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Associação MarBrasil e Associação MarMaré	Pontal do Paraná	Paraná	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto de Formação e Desenvolvimento Humano (IFDH)	Jaguaripe	Bahia	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Albatroz	Santos	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Coral Vivo	São Sebastião	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Disciplina de Medicina dos Adolescentes da FCM-UERJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
InterAntar da Universidade Federal do ABC (UFABC)	Santo André	São Paulo	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Projeto Meros do Brasil	Caravelas	Bahia	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
UERJ (Ecomuseu Ilha Grande e CEADS) ; IFRJ ; BMEIG ; SOS Mata Atlântica ; INEA/PEIG ; RBMA/UNESCO	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Projeto Grael	NIteroi	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Coral Vivo, PELD Costa dos Corais/UFAL, Projeto Meros do Brasil e Programa Cidadania Azul/UFAL.	Maceió	Alagoas	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Juruviara	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	Tema 3: Segurança alimentar e pesca sustentável
Paróquia da Nossa Senhora da Boa Viagem - Rocinha- Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Guará Vermelho	Cubatão	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Etec de Cubatão	Cubatão	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Luciana Vampré di Monte	São Paulo	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Cavalos-Marinhos	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Aline Soares, Graciéle Alves, Luis Henrique Rosa, Manuela Bassoi, Silvia Dotta, Julyana Simas. (INCT-BAA, BIOAMAZÔNIA AZUL e Mestrado Profissional em Microbiologia da UFMG)	Betim	Minas Gerais	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Leonardo Avellar Da Silva Souza	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Secretaria Adjunta de Economia Azul e Bioeconomia (SAEBIO)	Cabo Frio	Rio de Janeiro	Tema 4: Economia azul sustentável
Programa Inovar e Aprender -Secretaria Municipal de Educação Macaé	Macaé	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Costão Rochoso	Cabo Frio	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
CEDMAR/USP e Instituto Arayara	São Paulo	São Paulo	Tema 7: Infraestrutura de pesquisa e transformação digital
Projeto Meros do Brasil	Araucária	Paraná	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Projeto Meros do Brasil	São Mateus	Espírito Santo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Itajaí	Itajaí	Santa Catarina	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Espaço Ciência Viva (ECV)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Meros do Brasil	Bragança	Pará	Tema 4: Economia azul sustentável
Projeto Meros do Brasil	Augusto Corrêa	Pará	Tema 4: Economia azul sustentável
Clube de Ciências e Cultura Oceânica Maresia	Cubatão	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Educação de Praia Grande-SP	Praia Grande	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Centro de Estudos em Direito do Mar "Vicente Marotta Rangel" (CEDMAR/USP); Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI); Instituto Internacional ARAYARA	Vitória	Espírito Santo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto Nacional do Câncer - Coordenação de Ensino (Coens/ INCA)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Associação R3 Animal	Florianópolis	Santa Catarina	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Coalizão Paraná pela Década do Oceano e Laboratório de Ecologia e Conservação (LEC/ UFPR)	Pontal do Paraná	Paraná	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Ecomuseu Natural do Mangue e Laboratório de Ecologia Bêntica (LEB-UESC)	Fortaleza	Ceará	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Colônia dos Pescadores Z-13 (Rio de Janeiro, RJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 3: Segurança alimentar e pesca sustentável
INCA	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Hub Lusófono da Década do Oceano, EACH-USP	São Paulo	São Paulo	Tema 4: Economia azul sustentável
Instituto BKK e AMAR	Rio do Fogo	Rio Grande do Norte	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Centro de Educação Ambiental - CEA E Nucleo de Educação Ambiental	Itanhaém	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
RECOE Pr Rede para promoção da Cultura Oceânica na Educação do Paraná	Paranaguá	Paraná	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Mares sem Plástico - Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa	Paraíba	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Estrelas do Mar: Meninas e Mulheres no Centro das Ciências Climáticas e Oceânicas. Oficina do projeto realizada em parceria por: IFRJ, UVA, CEADS/UERJ, Brigada Mirim Ecológica de Ilha Grande)	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ) - Campus Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Rede Marulho, Bloom Consultoria - Pequenos empreendedores economia azul	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	Tema 4: Economia azul sustentável
Centro de Formação em Ciências Ambientais/UFSB e Coordenação Institucional do Programa Integrado de Extensão e Pós-Graduação na UFSB	Porto Seguro	Bahia	Tema 4: Economia azul sustentável
Projeto Meros do Brasil	Ubatuba	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Projeto Meros do Brasil	Vitória	Espírito Santo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Educação Ambiental e Climática da Seduc/Santos	Santos	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Universidade Federal de Uberlândia / Instituto de Biologia / Grupo de Estudo e Pesquisa em Biodiversidade & Conservação Aquática / Projeto de Extensão Cerrado Azul: criando conexões, desaguando conhecimento	Uberlândia	Minas Gerais	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituição: Idesa Brasil (Instituto Vale do Cotinguiba), por meio da execurção do Projeto Pescando Saberes: Ecologicos, Empreendedores e Sustentaveis	Pirambu	Sergipe	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
GT Pescado na Alimentação - COMPESCA	Santos	São Paulo	Tema 3: Segurança alimentar e pesca sustentável
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	Itajaí	Santa Catarina	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Greenpeace Brasil	São Paulo	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
ESCOLA ESTADUAL FREI EGÍDIO PARISI	Uberlândia	Minas Gerais	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Coletivo Território Maré	Ipojuca	Pernambuco	Tema 3: Segurança alimentar e pesca sustentável

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Funtec Ambiental	Arraial do Cabo	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Universidade do Estado do Amapá	Macapá	Amapá	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Ressoa Oceano - Correio Sabiá - O Eco	Campinas	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto NUS - Associação Núcleo de Sustentabilidade-NUS	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Instituto Brasileiro de Biodiversidade	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Projeto Meros do Brasil	Ubatuba	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Escola Estadual Frei Egídio Parisi	Uberlândia	Minas Gerais	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Associação Brasileira de Oceanografia (AOCEANO) - Ref. Oficina 1	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 4: Economia azul sustentável
Associação Brasileira de Oceanografia (AOCEANO) - Ref, Oficina 2	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 4: Economia azul sustentável
Programa Ecológico de Longa Duração Tamandaré Sustentável - PELD/TAMS	Tamandaré	Pernambuco	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Instituto Povo do Mar - Ipom	Fortaleza	Ceará	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Secretaria Adjunta de Economia Azul e Bioeconomia de Cabo Frio - RJ	Cabo Frio	Rio de Janeiro	Tema 4: Economia azul sustentável
AMEI Profª Vera Lúcia Machado Massis	São Vicente	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Projeto Meros do Brasil	Florianópolis	Santa Catarina	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Associação R3 Animal	Florianópolis	Santa Catarina	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (GERN-UnB)	Brasília	Distrito Federal	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
ICTB/Fiocruz	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	TEMA
Universidade Estácio de Sá	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
AQUAMAR	Porto Seguro	Bahia	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo (IO-USP)	São Paulo	São Paulo	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	São Gonçalo	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Itajaí	Itajaí	Santa Catarina	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Petrobras	Niterói	Rio de Janeiro	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Associação Surf Raízes	São Vicente	São Paulo	Tema 1: Conservação, uso sustentável dos recursos e combate à poluição
Instituto Brasileiro de Biodiversidade	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Tema 2: Observação e monitoramento do oceano e adaptação às mudanças climáticas
Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo	São Paulo	São Paulo	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Departamento da Engenharia Naval e Oceânica, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.	São Paulo	São Paulo	Tema 7: Infraestrutura de pesquisa e transformação digital
UFRN	Natal	Rio Grande do Norte	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
InPact - Instituto de Pesquisa e Ação	João Pessoa	Paraíba	Tema 4: Economia azul sustentável
Comissão Nacional para os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Brasília	Distrito Federal	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
Liga das Mulheres pelo Oceano	Pontal do Sul	Paraná	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão
GAM-SUL; GAM-SE; GAM-CO; GAM-NE; GAM-NO	Rio Grande	Rio Grande do Sul	Tema 5: Cultura oceânica e justiça, equidade, diversidade e inclusão

decada.inpo.org.br

O Brasil na Década do Oceano

VOZES PARA O FUTURO

INPO Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

UNIFESP

MARÉ DE CIÊNCIA

2021 2030 United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development